



**COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA – CEEE GT**

**Laudo de avaliação do acervo líquido formado por  
determinados ativos e passivos apurados por meio dos  
livros contábeis**

**Em 30 de Junho de 2020**



**COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE GT**

**Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis  
Em 30 de junho de 2020**

**Conteúdo**

**Laudo de avaliação de acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis**

**Apêndice I - Acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis em 30 de junho de 2020**

**Apêndice II - Notas explicativas ao acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis em 30 de junho de 2020**

## **LAUDO DE AVALIAÇÃO DO ACERVO LÍQUIDO FORMADO POR DETERMINADOS ATIVOS E PASSIVOS APURADOS POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Companhia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT**  
Porto Alegre - RS

### **Dados da firma de auditoria**

BDO RCS Auditores Independentes SS, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Major Quedinho, 90 – Consolação, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 54.276.936/0001-79, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e com registro secundário no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 2 SP 013846/O-1-S-RS, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Paulo Sérgio Tufani, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.136.016-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 007.601.018-09 e registrado originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e com registro secundário no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 1 SP 124504/O-9 –S - RS, residente e domiciliado em São Paulo/SP com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT (“Companhia” ou “CEEE GT”)** para proceder à avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, resumido no Apêndice II, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

### **Objetivo da avaliação**

A avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 30 de junho de 2020 da **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE GT** tem por objetivo registrar a avaliação, pelo valor contábil, do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT** tem por objetivo a cisão parcial de determinados ativos e passivos de Geração de energia da Transmissão de energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT na data-base de 30 de junho de 2020, nos de termos da legislação societária vigente por ocasião de reestruturação societária.

### **Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Apêndice II do laudo de avaliação.

## **Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2020, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria sobre as contas que registraram os determinados ativos e passivos que constam no Apêndice I, ao final deste laudo, e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Companhia. Assim, efetuamos o exame do referido acervo líquido de acordo com as práticas contábeis brasileiras, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o acervo líquido objeto do nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no acervo líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes em relação ao acervo líquido da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

## **Conclusão**

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 599.797.646,95 (quinhentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) dos ativos e passivos resumidos no Apêndice I, conforme constavam no balanço patrimonial em 30 de junho de 2020, registrado nos livros contábeis, representa, em todos os aspectos relevantes, o acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da **Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT**, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

## **Outros assuntos**

Em atendimento aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que:

(a) de acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão acima descritos; e

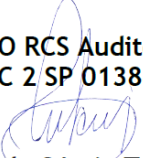


(b) não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores da Companhia com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Porto Alegre, 13 de janeiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1-S-RS

  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1 SP 124504/O-9-S-RS

## Apêndice I

### Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT

#### Acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurado por meio dos livros contábeis em 30 de junho de 2020

(Valores expressos em Reais – R\$)

Acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis	CEEE-GT Divulgado CVM	Eliminação Parcela Cindida Transmissão	Ajustes	CEEE-G (NewCo)
<b>ATIVO</b>	<b>5.437.914.714,10</b>	<b>3.571.895.056,75</b>	<b>887.383.518,35</b>	<b>978.636.139,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.380.872.841,97</b>	<b>947.787.590,28</b>	<b>95.925.781,23</b>	<b>337.159.470,46</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	446.455.129,86	1.303.914,50	248.178.095,20	196.973.120,16
Investimentos em Títulos do Governo.....	110.930.999,42	82.136.200,16	28.794.799,26	-
Concessionárias e Permissionárias.....	103.345.995,95	78.698.723,32	-	24.647.272,63
Tributos a Recuperar.....	1.515.253,30	986.730,15	-	528.523,15
Estoques.....	16.195.266,74	12.552.400,41	-	3.642.866,33
Ativo de Concessão - Contratual.....	202.105.989,31	195.828.905,15	-	6.277.084,16
Ativo de Concessão - Financeiro.....	422.026.443,37	422.026.443,37	-	-
Pagamentos Antecipados.....	1.530.264,02	1.530.264,02	-	-
Investimentos Mantidos para Venda.....	-	88.981.009,20	(88.981.009,20)	-
Outros Créditos a Receber.....	76.767.500,00	63.743.000,00	(92.066.104,03)	105.090.604,03
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.057.041.872,13</b>	<b>2.624.107.466,47</b>	<b>791.457.737,12</b>	<b>641.476.668,54</b>
Tributos a Recuperar .....	4.769,94	-	-	4.769,94
Aplicações Financeiras.....	6.711,64	-	6.711,64	-
Depósitos Judiciais .....	121.137.871,19	54.341.521,18	-	66.796.350,01
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	37.251.072,17	29.899.356,91	(99.284,74)	7.451.000,00
Ativo de Concessão - Contratual.....	756.346.278,92	607.120.144,33	46.548.134,59	102.678.000,00
Ativo de Concessão - Financeiro.....	1.362.251.431,12	1.362.251.431,12	-	-
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda....	4.605.933,21	394.825,88	-	4.211.107,33
Outros Créditos a Receber.....	348.427.183,39	5.561.859,70	342.865.323,69	-
Investimentos.....	859.907.607,68	470.049.095,61	74.579.512,07	315.279.000,00
Imobilizado.....	518.566.546,57	78.126.755,88	300.188.204,68	140.251.586,01
Direito de Uso .....	18.210.623,88	14.083.768,63	-	4.126.855,25
Intangível.....	30.325.842,42	2.278.707,23	27.369.135,19	678.000,00
<b>PASSIVO</b>	<b>5.437.914.714,10</b>	<b>3.571.895.056,75</b>	<b>887.383.518,35</b>	<b>978.636.139,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>551.512.097,50</b>	<b>373.185.446,63</b>	<b>29.233.795,39</b>	<b>149.092.855,48</b>
Fornecedores.....	36.562.051,61	19.312.929,97	-	17.249.121,64
Obrigações Trabalhistas.....	45.376.121,89	55.271.735,20	(18.407.258,95)	8.511.645,64
Obrigações Fiscais.....	31.033.022,20	22.214.671,33	-	8.818.350,87
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	52.931.968,50	39.419.407,00	13.512.561,50	-
Arrendamentos a Pagar .....	10.799.987,96	9.475.470,33	-	1.324.517,63
Provisão para Benefícios a Empregados.....	140.454.087,07	69.271.820,62	69.466.115,50	1.716.150,95
Obrigações da Concessão.....	56.945.367,93	37.357.498,34	-	19.587.869,59
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	58.650.219,58	36.776.790,01	-	21.873.429,57
Outros Passivos.....	12.195.886,41	34.249.000,00	(92.064.883,19)	70.011.769,60
Dividendos Obrigatórios.....	106.563.384,35	49.836.123,83	56.727.260,52	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.366.181.472,28</b>	<b>1.399.865.980,72</b>	<b>736.569.854,99</b>	<b>229.745.636,57</b>
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	686.089.485,53	510.615.769,26	175.473.716,27	-
Arrendamento a Pagar .....	7.679.404,04	4.794.438,92	-	2.884.965,12
Provisão para Benefícios a Empregados.....	1.125.571.724,02	527.493.624,59	590.551.928,85	7.526.170,58
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	231.471.956,37	66.011.544,15	8.547.995,84	156.912.416,38
Obrigações da Concessão.....	22.323.085,03	13.211.450,08	-	9.111.634,95
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	226.022.827,83	271.875.823,14	(38.003.785,97)	(7.849.209,34)
Outros Passivos.....	67.022.989,46	5.863.330,58	-	61.159.658,88
<b>ACERVO LÍQUIDO</b>	<b>2.520.221.144,32</b>	<b>1.798.843.629,40</b>	<b>121.579.867,97</b>	<b>599.797.646,95</b>
Capital Social .....	1.565.632.910,67	889.088.056,31	92.655.207,41	584.289.646,95
Outros Resultados Abrangentes .....	(785.066.834,35)	(473.217.964,27)	(327.756.870,08)	15.508.000,00
Reserva Legal.....	53.146.340,73	36.647.009,42	16.499.331,31	-
Reserva Especial de Lucros a realizar.....	208.712.063,02	95.270.658,04	113.441.404,98	-
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	945.931.796,23	839.781.516,98	106.150.279,25	-
Reserva de Incentivos Fiscais .....	421.658.243,80	293.347.292,36	128.310.951,44	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados .....	110.206.624,22	117.927.060,56	(7.720.436,34)	-

## Apêndice I

### Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT

#### **Acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurado por meio dos livros contábeis em 30 de junho de 2020**

**(Valores expressos em Reais – R\$)**

---

Foram examinadas as informações contábeis em 30 de junho de 2020, preparadas pela Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT. Com base nestas informações, apuramos que o valor do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurado por meio dos livros contábeis a ser cindido é R\$ 599.797.646,95 (quinhentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

O detalhamento dos bens, direitos e obrigações que compõem o acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis, encontra-se em poder da Companhia em forma de razões auxiliares e relatórios analíticos.

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT apurados por meio dos livros contábeis, emitido por BDO RCS Auditores Independentes SS, com data de 13 de janeiro de 2021.

## **1. Contexto operacional**

A Lei n.º 15.298, de 4 de julho de 2019, autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a alienar a participação societária, inclusive o controle acionário, do capital social da CEEE-GT, dando início ao processo de estruturação da desestatização da Companhia.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 16 de agosto de 2019. O BNDES vem coordenando o projeto durante todas as fases, que compreendem estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora.

Em 31 de março de 2020 a Administração publicou Fato Relevante informando aos acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de Cisão Parcial, segregando os segmentos de Geração e Transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT.

Em continuidade ao processo, como medida preparatória à alienação, faz-se necessário o embasamento do modelo de Cisão Parcial da CEEE-GT com incorporação da parcela cindenda inerente à atividade de Geração por uma nova sociedade (“NewCo”), para prosseguimento da reorganização societária e efetiva conclusão do processo de desestatização das Companhias.

Neste contexto, foi criada preliminarmente a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (CEEE-G ou Companhia), CNPJ 39.881.421/0001-04, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-G irá operar o contrato de concessão de geração de energia elétrica nº 025/2000, incorporando a parcela cindenda da CEEE-GT inerente a atividade de Geração.

## **2. Descrição da transação**

No contexto da transação de desestatização e transferência do controle acionário indireto do Estado do Rio Grande do Sul em relação à sua participação nas empresas do Grupo CEEE, ao qual se insere a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE-GT, importante dar relevo ao Contrato OCS Nº 373/2019, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Consórcio Minuano Energia, cujo objeto é a prestação de serviços necessários para a desestatização da CEEE-GT, sociedade de economia mista concessionária do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul. No âmbito deste contrato foi desenvolvido a proposição do modelo de Cisão Parcial da CEEE-GT.

O relatório de proposição do modelo de cisão da CEEE-GT, produzido pelo BNDES e Consórcio Minuano Energia, teve como objetivo fundamental, do ponto de vista econômico-financeiro e estratégico, a alocação dos acervos patrimoniais para constituir as parcelas cindida (Transmissão) e cindenda (NewCo – CEEE-G), empresas resultantes da Cisão Parcial da CEEE-GT.



A Cisão Parcial justifica-se, pois permitirá a efetiva segregação das atividades de Transmissão das atividades de Geração, o que representará, para a Companhia, diminuição de custos administrativos e operacionais, bem como uma estrutura de capital adequada para as atividades de Geração, que serão vertidas para a Incorporadora e a manutenção de uma estrutura de capital aderente para as atividades de Transmissão, que ficam na parcela cindida.

Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia está em um processo de desestatização por meio do qual a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, acionista controlador da Companhia e, por consequência, da Incorporadora, deve alienar a totalidade de sua participação acionária na Companhia e na Incorporadora, a Cisão Parcial com Incorporação também se justifica para fins de maximização do valor de mercado da Companhia e da Incorporadora

A data-base das informações contábeis consideradas para a cisão foi 30 de junho de 2020 (“Data-Base”). O Relatório teve como ponto de partida as informações contábeis auditadas da Companhia na data-base segregadas por Unidades de Negócio (Geração e Transmissão), em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 22. Adicionalmente, foram analisados dados e informações gerenciais, escritas ou verbais, fornecidas pela Administração da Companhia.

Neste contexto, o acervo líquido a ser cindido parcialmente da Companhia é representado por todos os ativos e passivos relacionados às suas Atividades de Geração, tendo sido avaliados pelo seu valor contábil no montante de R\$ 599.797.646,95 (quinhentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos), sendo incorporados ao Patrimônio Líquido da NewCo (CEEE-G) o valor de R\$ 584.289.646,95 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) na conta de capital social e R\$ 15.508.000,00 (quinze milhões, quinhentos e oito mil reais) na conta de Outros Resultados Abrangentes, trazendo a consequente alteração do artigo 7º do estatuto social da Companhia CEEE-GT.

A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”). Uma vez verificada a Condição Suspensiva, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á a fim de deliberar acerca da confirmação da verificação da Condição Suspensiva e da eficácia da Cisão Parcial com incorporação.

### **3. Base de preparação**

As demonstrações contábeis utilizadas como base de elaboração das informações contábeis pro forma foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo que estas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recebidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### **4. Moeda de apresentação**

O acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis foi elaborado com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

#### **5. Uso de estimativas**

A preparação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos e passivos. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

- Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

- Provisões para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais. Desta forma, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

- Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com

expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

- Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

- Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de geração, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando a Companhia presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

- Valor justo de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

- Ativo intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

## 6. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração do Acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis, encontram-se descritas a seguir:

- Ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

- Aplicações financeiras de curto e longo prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 03 meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado

conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

- Concessionárias e permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data da apuração do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

- Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias, observando as diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

- Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

- Subvenção e assistência governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

- Bens e direitos destinados a alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

- Ativo contratual da concessão

Com base na análise dos Contratos de Concessão e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão e os novos investimentos nas usinas de geração que operam pelo regime de cotas.

O valor do ativo contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão recebidos através da Receita Anual de Geração – RAG e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

Ao longo da implantação, a Companhia reconhece um Ativo Contratual, em contrapartida de receita de construção e melhorias, à medida que vão sendo satisfeitas as obrigações de performance de construção e melhoria de infraestrutura, até o limite dos custos praticados na condição em que estes possam ser recuperados.

A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

A amortização do Ativo Contratual é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Contratual é calculada com base na taxa interna de retorno - TIR, através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

- Investimentos

- i) Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

- ii) Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

- Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em coligadas - Goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

- Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

- i) Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

- ii) Ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.



### iii) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

- Empréstimos, financiamentos e outras captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras.

- Valor justo

- Ativo contratual*: o ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, que compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.
- Ativo intangível da concessão*: representa o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica.
- Outros ativos e passivos financeiros*: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis.
- Passivos financeiros não destinados à negociação*: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis.
- Empréstimos, recebíveis e outros créditos*: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos

de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

- Outros ativos e passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

- Imposto de renda e contribuição social

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

- Provisão para benefícios a empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

- Registro de compra e venda de energia na câmara de comercialização de energia elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

- Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

- Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA.